



ILUSTRÍSSIMO (A) SR (A) PRESIDENTE DA CPL DA PREFEITURA DE NOVOHORIZONTE

## IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

A empresa **A R SILVA CONSTRUTORA E SERVIÇOS EIRELI-EPP**, inscrito no CNPJ sob nº 26.982.980/0001-69, com sede a Avenida João Bernadinho de Souza nº. 112, Centro, Novorizonte/MG, representado pelo Sr (a): **Adilson Romualdo da Silva**, inscrito no CPF sob o nº 285.754.798-65 vem respeitosamente através deste, com fundamento no artigo 41 e seus parágrafos da Lei Federal nº 8.666/93, interpor a presente IMPUGNACAO AO EDITAL DE PROCESSO DE PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº 155/2023, TOMADA DE PREÇOS Nº 003/2023, pelos seguintes fundamentos de fato e de direito:

### **A) DA TEMPESTIVIDADE**

Conforme determinado no Item 19.3 do Edital: *“19.3. Qualquer cidadão é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 8.666, de 1993, devendo protocolar o pedido até 5 (cinco) dias úteis antes da data fixada para a abertura dos envelopes de habilitação, devendo a Administração julgar e responder à impugnação em até 3 (três) dias úteis, sem prejuízo da faculdade prevista no § 1º do art. 113 da referida Lei. Como a data de abertura do certame está marcada para dia **06/02/2024**, verifica-se tempestiva impugnação proposta até dia 30/01/2024, 05 (cinco) dias anteriores a data de abertura.*

*“Assim, observa-se que tanto a lei quanto os decretos definem que a impugnação pode ser intentada ate dois dias uteis antes da realização da licitação. Da interpretação das referidas normas, que utilizam a expressão "ate ", pode-se concluir que o segundo dia útil anterior ao certame também deverá estar incluído no prazo (ou seja, a impugnação poderá ser apresentada inclusive no segundo dia útil que antecede a disputa).”*

**ACORDAO Nº 2167/2011 - TCU-Plenario**

Conforme determinado no Item 5.3.3.4 do Edital:

O Licitante deverá por meio do Balanço Patrimonial comprovar ainda possuir índice de Endividamento igual ou inferior a 0,50 (zero vírgula cinquenta), conforme dados retirados do Balanço Patrimonial, segundo a fórmula abaixo:

**IE=Índice de Endividamento=**

Passivo	Circulante	+	Exigível	a	Longo	Prazo
Patrimônio						Líquido



*Justificativa da utilização dos índices acima (NOTA EXPLICATIVA):*  
*O atendimento aos índices estabelecidos no Edital demonstrará uma situação EQUILIBRADA da licitante.*  
*Caso contrário, o desatendimento dos índices, revelará uma situação DEFICITÁRIA da empresa, colocando em risco a execução do futuro contrato. Ante o exposto, a exigência do Edital nada mais fez que traduzir em critérios objetivos o disposto no art. 37, XXI, da Constituição Federal, uma vez que a contratação de empresas em situação EQUILIBRADA é o mínimo que o MUNICÍPIO DE NOVOHORIZONTE/MG deve cercar-se para assegurar o integral cumprimento do contrato. Ademais, os índices escolhidos são democráticos, na medida em que estabelecem um “mínimo” de segurança na contratação.*

## **B) DOS MOTIVOS**

### **I- EXIGENCIA DE ATESTADO DE CAPACIDADE TECNICA OPERACIONAL REGISTRADO NA ENTIDADE PROFISSIONAL COMPETENTE - CREA**

No Edital no tópico " 7.7.3.3 - **Quanto à capacitação técnico-operacional:** a capacidade técnica operacional da licitante será comprovada mediante a **apresentação de um ou mais atestados, fornecido (s) por pessoa (s) jurídica (s) de direito público ou privado identificada**, devidamente registrado (s) na (s) entidade (s) profissional (is) competente(s), em nome da licitante, em papel timbrado, constando o endereço do contratante, ou ser informado pelo licitante de forma a permitir possível diligência, que comprove (m) a aptidão da licitante para o desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto deste edital.”. *(grifo nosso)*

Importante destacar a diferença entre ATESTADO DE CAPACIDADE TECNICA **OPERACIONAL** (da Empresa) e ATESTADO DE CAPACIDADE TECNICA **PROFISSIONAL** (do Profissional).

A previsão legal para exigência de qualificação técnica abrange tanto a experiência empresarial quanto a experiência dos profissionais que irão executar o serviço. A primeira seria a capacidade técnico-operacional, abrangendo atributos próprios da empresa, desenvolvidos a partir do desempenho da atividade empresarial com a conjugação de diferentes fatores econômicos e de uma pluralidade de pessoas. A segunda é denominada capacidade técnico- profissional, referindo-se a existência de profissionais com acervo técnico compatível com a obra ou serviço de engenharia a ser licitado.

CAT ou CERTIDAO DE ACERVO TECNICO e o documento que apresenta o conjunto das atividades desenvolvidas ao longo da vida do PROFISSIONAL, em que constam os assentamentos do CREA referente as ART arquivadas em nome do PROFISSIONAL.

Conforme os Artigos 49 e 50 da **Resolução 1025/09 do CONFEA** , o CAT (Certidão de Acervo Técnico) e um documento do PROFISSIONAL e não OPERACIONAL da Empresa.

*Art. 49 da Resolução 1025/09 do CONFEA - A Certidão de Acervo Técnico (CAT) e o*



*instrumento que certifica, para os efeitos legais, que consta dos assentamentos do CREA a Anotação da Responsabilidade Técnica (A.R. T.) pelas atividades consignadas no acervo técnico do profissional.*

*Art. 50 da Resolução 1025/09 do CONFEA - A CAT deve ser **requerida ao CREA pelo profissional** por meio de formulário próprio, conforme o Anexo III, com indicação do período ou especificação do número das A.R.T.s que constarão da certidão.*

Conforme pode ser observado, o CREA não registra o acervo técnico da PESSOA JURIDICA, pois sua responsabilidade é com o PROFISSIONAL.

Vejamos o entendimento do Tribunal de Contas da União sobre a matéria, representado pelo Acórdão 128/2012 - 2ª Câmara Acórdão 655/2016 do Plenário:

*1.7. Recomendar a UFRJ que **exclua dos editais** para contratação de empresa para a execução de obra de engenharia a exigência de **registro no CREA dos atestados para comprovação da capacitação técnica operacional** das licitantes, tendo em conta a recomendação inserta no subitem 1.3 do Capítulo IV combinado com o subitem 1.5.2 do Capítulo III do Manual de Procedimentos Operacionais para aplicação da Resolução CONFEA nº 1.025/2009, aprovado pela Decisão Normativa CONFEA nº 085/2011". (Acórdão 128/2012 - 2ª Câmara) 9.4. dar ciência ao Município de Itagiba/BA, de modo a evitar a repetição das irregularidades em futuros certames patrocinados com recursos federais, de que: (...) 9.4.2. a exigência de comprovação de aptidão técnica devidamente registrada junto ao Crea, dando conta de que a empresa interessada já desenvolveu serviços idênticos/semelhantes ao previsto no objeto do edital, contraria a Resolução 1.025/2009 do Confea e o Acórdão 128/2012 - TCU - 2ª Câmara; (Acórdão 655/2016 do Plenário).*

Quando um PROFISSIONAL faz o registro do ACERVO TECNICO junto ao CREA ele tem a OPÇÃO de vincular a PESSOA JURIDICA, no entanto não é obrigatório, pois o registro é do PROFISSIONAL e não da EMPRESA.

Exigir que o ATESTADO DE CAPACIDADE TECNICA OPERACIONAL em nome da EMPRESA seja registrado no CREA e o mesmo que exigir o vínculo empregatício entre o PROFISSIONAL e a EMPRESA pois somente o PROFISSIONAL ao registrar seu ACERVO teria condições de incluir uma determinada EMPRESA e não é possível o registro da EMPRESA junto ao CREA sem o vínculo com o PROFISSIONAL.

Além de não existir nenhuma previsão legal para a exigência do vínculo empregatício, o Tribunal de Contas da União já se manifestou inúmeras vezes contrário a exigência como critério de habilitação em processos licitatórios.

*Este Tribunal também tem se posicionado em diversos julgados, no sentido de que se exigir que haja vínculo empregatício para comprovação de que o profissional integra o quadro permanente da licitante é desnecessário. Esse vínculo não se afigura como imprescindível para a comprovação de capacidade técnica-profssional, haja vista a possibilidade de autonomia no exercício de profissão. Desse modo, tais exigências*



*não só são consideradas por esta Corte como restrição a competitividade na licitação, como também estão em desconformidade com a legislação, com a jurisprudência e com a doutrina aplicáveis ao caso. **Acórdão 80/2010 Plenário (Voto do Ministro Relator)***

*E irregular a exigência de que a atestação de capacidade técnico-operacional de empresa participante de certame licitatório seja registrada ou averbada junto ao Crea, uma vez que o art. 55 da Resolução-Confea 1.025/2009 veda a emissão de Certidão de Acervo Técnico (CAT) em nome de pessoa jurídica. A exigência de atestados registrados nas entidades profissionais competentes deve ser limitada a capacitação técnico-profissional, que diz respeito as pessoas físicas indicadas pelas empresas licitantes.*

**Acórdão 1674/2018 Plenário (Representação, Relator Ministro Augusto Nardes)**

*E irregular a exigência de que a atestação de capacidade técnico-operacional de empresa participante de certame licitatório seja registrada ou averbada junto ao Crea, uma vez que o art. 55 da Resolução-Confea 1.025/2009 veda a emissão de Certidão de Acervo Técnico (CAT) em nome de pessoa jurídica. A exigência de atestados registrados nas entidades profissionais competentes deve ser limitada a capacitação técnico-profissional, que diz respeito as pessoas físicas indicadas pelas empresas licitantes.”*

**Acórdão 1849/2019 Plenário (Representação, Relator Ministro Raimundo Carreiro)**

## **II - QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:**

Insta avaliar que o edital Tomada de Preço 003/2023 instaurado pela municipalidade, muito embora conste de justificativa para aplicação da regra de qualificação econômica financeira, o mesmo, não apresenta concisa justificativa para a escolha do índice de 0,50 exclusivamente para o Endividamento Geral.

Não há metodologia explicitada tampouco calculo que presuma minimamente que a empresa escolhida que possua índice igual ou inferior a 0,50 seja aquela que possua melhor saúde financeira do que aquela que possui índice igual ou inferior a 1, haja vista que este ultimo é a referência comum no meio contábil para constatar que as empresas assim enquadradas possuem estabilidade financeira para honrar seus compromissos.

Para tanto, trazemos aqui as Sessões: 23 e 24 de agosto de 2011 do TCU que versa sobre o tema:

*Licitação de obra pública: 2 – De modo geral, para o fim de qualificação econômico-financeira só podem ser exigidos índices usualmente utilizados pelo mercado, sempre de maneira justificada no processo licitatório Ainda na denúncia a partir da qual foi encaminhada notícia dando conta de pretensas irregularidades na Tomada de Preços 1/2010, realizada para execução do Convênio 657732/2009, firmado entre a Prefeitura Municipal de Davinópolis/GO e o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – (FNDE), também foi apontada como irregular a exigência de índices de liquidez geral e liquidez corrente, bem como de grau de endividamento, não usualmente adotados para a correta avaliação da situação financeira. Instados a se pronunciar a respeito do fato, os responsáveis consignaram que, em seu entendimento, seria possível e plausível a indicação dos índices exigidos no edital para serviços de engenharia, um pouco superiores às demais categorias de*



*serviços, estando de acordo com o disposto no art. 31, § 5º, da Lei 8.666/1993. Além disso, argumentaram que, considerando a complexidade da obra, a intenção foi de garantir o cumprimento das obrigações pela empresa contratada. Todavia, para o relator, ao contrário do afirmado pelos responsáveis, o edital não estaria em conformidade com a legislação, em face das grandes diferenças entre os índices usualmente adotados e os exigidos das empresas participantes do certame, conforme demonstrado pela unidade técnica. Nesse contexto, destacou que, no âmbito da Administração Pública Federal, a Instrução Normativa MARE 5/1995 definiu que a comprovação de boa situação financeira de empresa oriunda de localidade onde o Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - (SICAF) não tenha sido implantado, será baseada na obtenção de índices de Liquidez Geral, Solvência Geral e Liquidez Corrente. As empresas que apresentassem resultado igual ou menor do que 1,0, em qualquer dos índices referidos, deveriam, então, apresentar outras comprovações e garantias. No caso examinado, observou-se que as exigências editalícias de índices maiores ou iguais a 5 (cinco) estavam muito superiores ao parâmetro normativo. Do mesmo modo, o grau de endividamento previsto no edital, menor ou igual a 0,16, estaria distante do índice usualmente adotado, que varia de 0,8 a 1,0. Além disso, em qualquer caso, ainda conforme o relator, seria obrigatório justificar, no processo licitatório, os índices contábeis e valores utilizados, o que não foi realizado. Por conseguinte, por essa e por outras irregularidades, votou pela aplicação de multa aos responsáveis, no que foi acompanhado pelo Plenário. Acórdão n.º 2299/2011-Plenário, TC-029.583/2010-1, rel. Min.-Subst. Augusto Sherman Cavalcanti, 24.08.2011.*

### C) DOS PEDIDOS

- I) Requer que seja dado provimento a presente impugnação como tempestiva;
- II) Requer que seja excluída a exigência de registro no CREA, ou entidade profissional competente, dos Atestados de Capacidade Técnica OPERACIONAL, exigidos no tópico “5.3.4. Qualificação Técnica”; item 5.3.4.1.3. - Quanto à capacitação técnico-operacional, do edital da prefeitura de Novorizonte/MG, Minas Gerais, **PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº 155/2023, TOMADA DE PREÇOS Nº. 003/2023.**
- III) Requer que seja alterado o índice de Endividamento para: **igual ou inferior 1,00** no item 5.3.3.4

Neste Termos,

Pede Deferimento.

edital nº 003/2023

Novorizonte/MG 29 de janeiro de 2024

**Adilson Romualdo da Silva**  
**Sócio - Proprietário**  
**CPF:285.754.798-65**